

## DeMello, M. (Ed.): *Human-Animal Studies: A Bibliography*

GABRIEL GARMENDIA DA TRINDADE\*  
University of Birmingham, United Kingdom  
GXG322@student.bham.ac.uk.

No decurso das últimas décadas, uma notável revolução acadêmica de caráter global vem ocorrendo. Embora suas implicações ainda não tenham sido devidamente exploradas, a sua existência dificilmente poderia ser negada. Tal revolução concerne ao extraordinário crescimento do interesse das mais variadas áreas do conhecimento no estudo das relações entre seres humanos e os membros de outras espécies animais. Inquestionavelmente, a característica mais marcante dessa revolução em andamento é a miríade de publicações científicas sobre essa temática. De fato, a quantidade de escritos é tamanha que a antropóloga norte-americana Margo DeMello se propôs a editar uma compilação bibliográfica com as principais pesquisas produzidas sobre o que ela denomina “estudos humano-animal”<sup>1</sup>. *Human-Animal Studies: A Bibliography* é o resultado dos esforços de DeMello.

DeMello é professora na *Central New Mexico Community College* (Albuquerque, Novo México) e no programa de mestrado em antrozoologia na *Canisius College* (Buffalo, Nova York). Ela igualmente ocupa o cargo de *Program Director for Human-Animal Studies* no *Animals & Society Institute*. DeMello é autora/coautora de mais de uma dezena de livros, dentre os quais, destacam-se: *Stories Rabbits Tell: A Natural and Cultural History of a Misunderstood Creature* (escrito com Susan E. Davis, 2003); *Why Animals Matter: The Case for Animal Protection* (escrito com Erin E. Williams, 2007); *Animals and Society: An Introduction to Human-Animal Studies* (2012); *Speaking for Animals: Animal Autobiographical Writing* (2012). DeMello também é editora da série *Teaching the Animal* publicada pela Lantern Books.

*Human-Animal Studies: A Bibliography*, está dividido em três partes. Na primeira parte, a qual é composta de um prefácio e introdução, DeMello

---

<sup>1</sup> As traduções apresentadas no corpo do texto foram realizadas livremente pelo autor. Optou-se por traduzir o conceito central da obra investigada, “*human-animal studies*”, como “estudos humano-animal”. À primeira vista, a referida noção pode soar de modo estranho. Todavia, uma tradução direta e literal não apenas exprime fielmente o sentido original da noção em pauta, mas também permite a construção de uma crítica importante a esta ideia. Tal crítica será desenvolvida no decorrer desta resenha.

\*  [orcid.org/0000-0001-7140-991X7](https://orcid.org/0000-0001-7140-991X7)

apresenta ao leitor a noção de “estudos humano-animal”. A segunda parte, a qual constitui o maior segmento do corpo do texto (131 páginas de um total de 180), é dedicada à exposição de uma vasta bibliografia sobre a temática dos “estudos humano-animal”. A terceira parte é formada por um pequeno apêndice e uma lista de diferentes recursos passíveis de serem utilizados por qualquer um que esteja interessado neste estudo (filmes, websites, periódicos, centros de ensino e pesquisa específicos, entre outros). Para tornar a discussão da obra em pauta mais palatável e fluída, será analisada, inicialmente, a segunda parte do texto e, posteriormente, a primeira e a última parte de *Human-Animal Studies*.

Reconstruir o texto dessa forma é bastante conveniente, pois, em realidade, não há muito que ser problematizado sobre a segunda parte da obra. Esta, como mencionado acima, é uma longa e rica bibliografia acerca dos “estudos humano-animal” em distintos campos do saber. Ela traz referências completas de centenas de livros e artigos acadêmico-científicos das seguintes áreas: ciência do bem-estar animal, antropologia, estudos culturais, ecologia/vida silvestre, língua inglesa/literatura, cinema, geografia, história, direito, filosofia, psicologia, religião, serviço social, sociologia, estudos sobre a mulher e conhecimento geral.

As publicações estão separadas em subseções individuais que compreendem cada uma das áreas supramencionadas. É importante ser ressaltado que DeMello aparentemente tentou evitar (não com completo sucesso) a repetição da referência de uma mesma publicação em diferentes áreas do conhecimento. Tal abordagem possui pontos fortes e fracos. Pode-se afirmar isso, pois embora o modo de distribuição das obras empregado por DeMello revele a atual abundância de títulos disponíveis sobre os “estudos humano-animal”, ele também acaba por restringir, desnecessariamente, certas obras de caráter interdisciplinar em um único campo do saber — algumas vezes de maneira pouco precisa e/ou equivocada.

Por exemplo, o livro *Animal Minds: Beyond Cognition to Animal Consciousness* (2001) —escrito pelo zoólogo norte-americano Donald R. Griffin (1915-2003)—, o qual é considerado um marco em termos de discussão científica acerca das capacidades cognitivas dos membros de outras espécies, encontra-se na lista de publicações de filosofia. Embora o texto em questão tenha inspirado debates filosóficos, ele dificilmente poderia ser classificado como uma publicação exclusiva desse campo. Deveras, *Animal Minds*, não obstante sua relevância filosófica,

possivelmente se enquadraria melhor no grupo de obras sobre psicologia ou antropologia. Há de ser dito, todavia, que mesmo com alguns desacertos menores, DeMello, em geral, conseguiu distribuir a enorme literatura de “estudos humano-animal” de modo satisfatoriamente convincente. Tendo sido feita essa breve contextualização da segunda parte do livro de DeMello, o próximo passo é examinar o que são, de fato, os “estudos humano-animal”.

Como explica DeMello na introdução da obra, os “estudos humano-animal” são “um campo interdisciplinar relativamente novo que toma a relação humano-animal como seu foco central” (ix). A antropóloga esclarece que o campo em questão abrange as múltiplas análises desenvolvidas por diferentes áreas do conhecimento acerca dos membros de outras espécies. Alguns exemplos de temáticas analisadas são o modo como os animais são vistos e retratados pelas mais diversas artes; a posição e/ou *status* que lhes é atribuído em distintas religiões; as várias facetas de sua utilização na agricultura/pecuária ou pesquisas biomédicas/cosmetológicas e a reação das pessoas que exercem essas atividades; entre muitos outros. Com base nisso, é possível sustentar que os “estudos humano-animal”, em um sentido mais amplo, possuem uma dupla função. Por um lado, examinam como os seres humanos percebem, pensam, interagem, tratam e usam os membros de outras espécies; por outro, refletem sobre como tais ações auxiliam ou dificultam a inclusão positiva desse amplo grupo de seres tanto na vida quanto na cultura humana. Ou seja, da maneira que são concebidos por DeMello, os “estudos humano-animal” visivelmente têm um papel-chave em uma possível (e desejável) mudança de comportamento dos humanos para com os seres que compõe o conjunto dos animais.

Para a antropóloga, de fato, um dos tópicos fundamentais dos “estudos humano-animal” concerne a como a noção de ‘animal’ deveria ser interpretada. DeMello relembra que humanos são animais, por essa razão é de vital importância problematizar os modos de definir o objeto de estudo da área em voga. A separação entre ‘humano’ e ‘animal’, por seu turno, também deve ser alvo de questionamento. A posição adotada por DeMello parte da premissa de que uma compreensão adequada sobre como os outros animais são percebidos e socialmente construídos pelos seres humanos possibilita uma melhor análise das temáticas debatidas. Indiscutivelmente, os outros animais fazem parte do mundo que rodeia os seres humanos. No entanto, argumenta DeMello, “uma vez que sejam incorporados nos mundos sociais humanos, eles [os outros

animais] são colocados em categorias humanas — comumente baseadas em seu uso para os humanos” (ix-x). Tais categorias (e.g., “animal de experimentação”, “bicho de estimação”, “gado”, entre outros), conclui DeMello, “moldam não apenas como os [outros] animais são vistos, mas como são utilizados e tratados” (x).

A partir deste ponto, a construção de uma crítica à noção de “estudos humano-animal” proposta por DeMello torna-se inevitável. O fato é que a noção em pauta pode muito bem ser acusada de carregar em si e suscitar uma forma bastante peculiar de especismo. Mais especificamente, embora DeMello enfatize que humanos são animais, esse não parece ser o pensamento transmitido pela dicotomia “humano-animal”. Pelo contrário, tal distinção, estilizada e marcada por um travessão (“-”), parece transmitir, em realidade, a mesma ideia de separação que pretende questionar. Em outras palavras, humanos e não-humanos, a despeito do que tenta assegurar a antropóloga, encontrar-se-iam em grupos fundamentalmente distintos. Uma possível resposta inicial a essa objeção é a de que esta simplesmente aponta um problema terminológico menor nos escritos de DeMello. À primeira vista, possivelmente esse aparentaria ser o caso. Entretanto, basta apenas um exame mais aprofundado sobre esse tópico para que seja revelada a gravidade de tal acusação.

Recentemente, pensadores de distintas áreas do saber passaram a denunciar uma forma de discriminação linguística<sup>2</sup> dos seres humanos para com os membros de outras espécies. Tal discriminação, embora comumente ignorada, é diariamente praticada. O criminologista Piers Beirne, por exemplo, argumenta que nas raízes da distinção “humano-animal” se esconde o preconceito cultural de que, na verdade, os seres humanos não são animais. Deveras, os membros de outras espécies são sempre vistos como “o Outro”. Conforme Beirne (62-3), isso fica especialmente patente, por exemplo, ao se perceber que as pessoas, sem qualquer hesitação, refiram a si mesmas como “seres humanos”; ao passo que a expressão “seres animais” soa de modo estranho e com pouca naturalidade. Assim, explana Beirne (Ibid. 62), enquanto os humanos são considerados ‘pessoas’ —i.e., recipientes da chamada ‘pessoalidade’—, os não-humanos são tomados como ‘bestas’ ou ‘feras’, as quais manifestam determinadas características tidas como indesejáveis de serem exibidas pelos humanos. Tais características

<sup>2</sup> Para um exame introdutório, porém instigante dessa temática, ver Roger Yates: “Language, Power and Speciesism”.

incluem irracionalidade, cobiça, falta de pudor/higiene e uma tendência à violência repentina. Como consequência dessa visão, o termo ‘animal’ passa a assumir uma função implicitamente derogatória. Segundo esta, finaliza o criminologista, os membros de outras espécies seriam “inteiramente diferentes dos humanos e, *enquanto tal*, necessariamente inferiores a eles” (63).

De maneira similar a Beirne, a escritora e ativista Joan Dunayer também desenvolve uma crítica minuciosa e sagaz ao especismo presente na língua inglesa em geral. Para Dunayer, a categorização de ‘animais’ como inferiores e ‘humanos’ como superiores produz tamanho efeito a ponto de ser empregada para depreciar membros da própria espécie humana em diferentes contextos. De acordo com Dunayer, “tão inveterada e universal é a falsa dicotomia do animal vs. humano —e tão fortemente evocativa—, que associar simbolicamente mulheres com ‘animal’ auxilia na opressão delas” (11). A escritora igualmente pontua que embora os membros de outras espécies não sejam capazes de compreender e distinguir o conteúdo das palavras usadas pelos humanos, “tal conteúdo legitima a sua opressão” (Ibid. 17). Como ela explica, da mesma forma que uma linguagem sexista estimula e propaga a discriminação contra mulheres, uma linguagem especista alimenta e difunde a exploração dos não-humanos. Nesse sentido, assevera Dunayer, “as consequências da linguagem especista estão longe de serem triviais” (Ibid. 17).

Por meio dessas breves constatações é evidenciada a dificuldade central da ideia de “estudos humano-animal”. DeMello, em resposta às objeções apresentadas, poderia sugerir —como ela mesma o faz em uma nota ao final da primeira parte da obra— que a noção em questão, a qual é comumente referida por outros nomes, talvez possa ser substituída por noções equivalentes evitando, dessa forma, a acusação de especismo. O grupo de noções mencionadas por DeMello (xvii) compreende, por exemplo, “estudos animais” (*animal studies*), “estudos animais críticos” (*critical animal studies*) e “estudos sobre animais e sociedade” (*animal and society studies*). Ainda assim, todas essas expressões também aparentam estar impregnadas com o mesmo especismo constituinte da noção de “estudos humano-animal”. Em outras palavras, essas variantes igualmente falham em definir de modo nítido e inequívoco o objeto de suas investigações, i.e., as relações entre animais humanos e animais

não-humanos<sup>3</sup>. A falha em prover um tratamento linguístico apropriado aos membros de outras espécies resulta, como sustenta Dunayer, na contínua propagação da ideia de que esses seres não são dignos de respeito e igual consideração moral (11). Tal implicação é visivelmente contrária à segunda função designada por DeMello aos “estudos humano-animal”, a saber, atuar com uma ferramenta na transformação positiva das atitudes humanas para com os não-humanos. Com isso em vista, talvez seja o caso de DeMello abandonar por completo o uso da noção de “estudos humano-animal” em seus escritos.

Há de se observar, todavia, que o estudo sobre as relações entre animais humanos e animais não-humanos, não obstante a crítica à definição adotada por DeMello, permanece sendo profundamente relevante e altamente fomentável. De fato, a antropóloga destaca que apenas nos Estados Unidos, cerca de duzentas instituições de ensino ofertam cursos sobre os “estudos humano-animal”, e discentes de mais de uma centena de faculdades americanas podem se matricular em cadeiras na área do Direito Animal. Paralelamente, universidades e centros de pesquisa da Austrália, Nova Zelândia, Israel, Reino Unido, entre outros, oferecem aos seus estudantes cursos similares. Além disso, DeMello constata que um grande número de instituições e pesquisadores também demonstra interesse na construção e ensino desse tipo de curso. Por tais razões, a terceira parte do livro busca disponibilizar aos leitores informações e dicas para o desenvolvimento e submissão de propostas de disciplinas acadêmicas voltadas para o estudo das relações entre humanos e não-humanos.

DeMello está ciente de que os trâmites referentes à submissão de uma proposta de disciplina, bem como o seu conteúdo e exigências variam de instituição para instituição (ou mesmo de departamento para departamento). Por esse motivo, a antropóloga, inicialmente, passa a elencar os elementos comuns à maioria das propostas de cadeiras acadêmicas, a saber: pré-requisitos disciplinares, objetivos, plano de ensino, bibliografia, público alvo, métodos avaliativos, referenciais teóricos, entre outros. Uma porção considerável do texto é reservada à discussão das justificativas para uma disciplina sobre a temática em

<sup>3</sup> A expressão “animais humanos” é particularmente controversa dentro da literatura filosófica. Tal expressão é comumente associada à perspectiva chamada ‘animalismo’, a qual possui notória relevância no debate contemporâneo acerca do problema da identidade pessoal. Nesta resenha, todavia, a expressão “animais humanos” é utilizada no contexto de que a espécie humana (*homo sapiens sapiens*), tomada puramente em seu sentido biológico, é uma espécie animal, ou seja, pertence ao reino animalia (*Metazoa*).

pauta. DeMello afirma, por exemplo, que o professor da disciplina não apenas deve ser capaz de oferecer argumentos consistentes para justificar a relevância dos tópicos abordados em suas aulas, mas igualmente deve prever os possíveis impactos do seu estudo na instituição como um todo. Esse tipo de exigência adicional tem como base a ainda frequente relutância exibida por determinados centros de ensino e pesquisa em aceitar o valor acadêmico dos “estudos humano-animal”.

A antropóloga dá ênfase ao fato de que embora os “estudos humano-animal” possuam caráter interdisciplinar —algo que os torna passíveis de serem inseridos em quase qualquer departamento universitário—, não é incomum a sua rejeição em departamentos com um currículo já consolidado. Em certas ocasiões, uma disciplina ofertada em um departamento pode até mesmo ser alvo de resistência e crítica de outro. Deveras, faculdades que conduzem experimentos em não-humanos, pontua DeMello, “estão mais propensas a manifestar a sua oposição ao novo curso” (155). Por conseguinte, obter apoio dos membros do corpo docente do departamento onde uma disciplina proposta possa vir a ser ministrada é um fator-chave para sua aceitação.

Para finalizar, DeMello discute outras fortes justificativas passíveis de serem apresentadas pelos interessados em construir e propor uma disciplina focada nos “estudos humano-animal”. Duas dessas justificativas sobressaem-se. Em primeiro lugar, a revolução acadêmica concernente à pesquisa e ensino sobre as relações entre humanos e não-humanos deve ser salientada. Não apenas o grande crescimento de publicações (artigos ou livros), mas também o vasto número de congressos, simpósios, colóquios e até mesmo periódicos dedicados especificamente à temática em questão devem ser salientados para demonstrar ao corpo docente de um departamento a realidade, bem como a importância que vem sendo dada a esse tópico. É igualmente essencial frisar que as dissertações/teses sobre os “estudos humano-animal”, sustenta DeMello, “estão aumentando em uma taxa média maior do que qualquer outra disciplina” (155).

Em segundo lugar, há de se indicar o fato de que esse tipo de disciplina caracteristicamente atrai estudantes de outros campos do saber. Cadeiras voltadas aos “estudos humano-animal”, nota DeMello, “tendem a ser bem frequentadas” (156). Nesse sentido, os alunos podem ser enormemente favorecidos por essa interação e troca de conhecimentos com pesquisadores de outras áreas acadêmico-científicas.

Além disso, disciplinas dessa natureza geralmente podem conter um valioso componente extensional. Ou seja, o docente poderia elaborar a sua disciplina de forma que os discentes seriam estimulados a obter créditos adicionais ao participar, por exemplo, de voluntariados em ONG ou outras associações ativistas. Acerca disso, conclui DeMello, “os estudantes se beneficiariam ao se envolver com a comunidade fora da academia” (156).

Em suma, *Human-Animal Studies: A Bibliography* é um livro de notável utilidade. Embora seja possível, como visto anteriormente, tecer sérias objeções à terminologia empregada por DeMello, bem como à abordagem metodológica adota por ela, ainda assim, em geral, a sua proposta é louvável. A revolução acadêmica atinente aos estudos sobre a relação entre animais humanos e animais não-humanos não pode ser ignorada. Docentes e discentes de distintas faculdades e departamentos certamente iriam se beneficiar, muitas vezes de maneiras ainda não adequadamente problematizadas, ao oferecer disciplinas voltadas à temática mencionada. Afortunadamente, grande parte da bibliografia passível de ser utilizada em tais disciplinas se encontra sistematicamente dividida nas páginas da obra aqui comentada.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Beirne, P. “Animal rights, animal abuse, and green criminology”. Beirne, P. and N. South (Eds.). *Issues in Green Criminology: Confronting harms against environments and other animals*. Cullompton: Willan Publishing, 2007. Print.

DeMello, M. (Ed.). *Human-Animal Studies: A Bibliography*. New York: Lantern Books, 2012. Print.

Dunayer, J. “Sexist Words, Speciesist Roots”. Adams, C. and J. Donovan (Eds.). *Animals and Women: Feminist Theoretical Explorations*. Durham: Duke University Press, 1995. Print.

Yates, R. “Language, Power and Speciesism”. *Critical Society*. 2010: 11-20. Print.

#### Como citar:

Garmendia da Trindade, G. “DeMello, M. (Ed.): *Human-Animal Studies: A Bibliography*”. *Discusiones Filosóficas*. Jun.-Dic. 2015: 195-202. DOI: 10.17151/difil.2015.16.27.12.